



Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada: **392568**

Classificação: ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

05/04/02



REQUERIMENTO Número **245** /XI (2 .ª)

PERGUNTA Número **3614** /XI (2 .ª)

Assunto: Encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico no distrito de Setúbal

Destinatário: Ministério da Educação

Por determinação do S.E.C.P.A.R. a
Sua Secretária da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.03.28
[Signature]

Expeça-se
Publique-se
2011/03/28
O Secretário da Mesa <i>[Signature]</i>

Na passada semana, a Ministra da Educação anunciou que, no próximo ano lectivo, várias escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico irão encerrar, não avançando, porém, com qualquer indicação face ao número exacto e localização das escolas em causa. Em 2010, 700 escolas fecharam as suas portas, estando previsto, segundo declarações da tutela ministerial, o encerramento de, aproximadamente, 400 escolas em todo o país. Dias depois aquele anúncio, um órgão da comunicação social divulgou uma listagem de 365 estabelecimentos de ensino em risco de encerrar, onde se incluíam vários no distrito de Setúbal, como por exemplo Casebre e Palma, no concelho de Alcácer do Sal, ou Aldeia dos Chãos e Relvas verdes, no concelho de Santiago do Cacém.

O Bloco de Esquerda considera que a decisão de encerramento massivo de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e a criação de mega-agrupamentos de escolas, estrangula o conceito de proximidade, ignora os contextos sociais e aprofunda a desertificação e abandono do interior do país.

De acordo com declarações públicas, a Ministra da Educação confirmou que a medida de «aprofundamento da racionalização da rede escolar», prevista no PEC 2012/2013, tem como significado a «continuação da política de encerramento de escolas», política que «permite economia de escola, o que resulta em mais economia e numa melhor gestão dos recursos». Ora, a prioridade, em matéria de educação, deveria ser a da qualidade da oferta educativa, pelo que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda assume redobrada atenção face às medidas anunciadas que, no passado, revelaram-se soluções abruptas que não acautelaram os interesses das crianças. Recorde-se que houve crianças deslocadas sem que tivessem sido garantidas as condições mínimas transporte ou de espaço escolar, com escolas já lotadas e sem capacidade para integrar mais alunos.

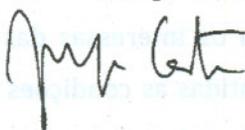
A vocação economicista da tutela tem levado a soluções intempestivas, onde os órgãos de soberania locais, os Conselhos Municipais de Educação, as entidades regionais, os representantes das comunidades educativas, incluindo associações de pais, não são devidamente auscultados, nem os seus pareceres são tidos em conta na tomada de decisão. Um exemplo desta prática é a assumpção destas medidas ao arripio das Cartas Educativas dos concelhos abrangidos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. Quais os critérios subjacentes à decisão de encerramento de mais escolas no distrito de Setúbal?
2. Que avaliação promoveu o Governo sobre as escolas do distrito de Setúbal e a necessidade de reestruturação da rede?
3. Promoveu o Governo uma análise do impacto do encerramento das escolas, nomeadamente no que diz respeito aos ganhos educativos para as crianças e à melhoria de condições para os profissionais?
4. Desenvolveu, ou pretende desenvolver, o Governo o necessário diálogo com todos os representantes da comunidade educativa, incluindo associações de pais, bem como as diversas autarquias locais?
5. Pode o Governo garantir que os encerramentos previstos têm em consideração as Cartas Educativas dos concelhos abrangidos pela medida ministerial?
6. Está o Governo em condições de garantir que os encerramentos só terão lugar quando assegurado o transporte e apenas quando os novos espaços escolares tiverem todas as condições para o acolhimento das crianças?

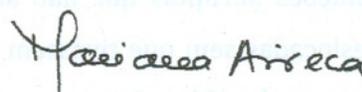
Palácio de São Bento, 24 de Março de 2011.

O Deputado



Jorge Costa

A Deputada



Mariana Aiveca